



**ATA 1754ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, às vinte horas,
2 realizou-se a milésima setingentésima quinquagésima quarta reunião Plenária
3 Extraordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua
4 Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 23 (vinte e três) conselheiras(os),
5 sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko
6 Matsumoto, Ana Paula Porto Noronha, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow,
7 Graça Maria de Carvalho Camara, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari
8 Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira
9 Saraiva, Marília Caponni, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Camila de Freitas
10 Teodoro, Dário Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales,
11 Jonathas José Salathiel da Silva, Lívia Gonsalves Toledo, Maria das Graças Mazarin
12 de Araújo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra
13 Elena Sposito, Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui. **ORDEM DO DIA: I)**
14 **INFORMES - 1.1) Justificativa de ausência** – Foram apresentadas as justificativas
15 de ausências de: Aristeu Bertelli da Silva, Guilherme Luz Fenerich, Maria Ermínia
16 Ciliberti, Alacir Villa Valle Cruces, Ana Maria Falcão de Aragão, Bruno Simões
17 Gonçalves e Luiz Eduardo Valiengo Berni. **1.2) Boné do Dia Mundial da Saúde** –
18 Informou-se que no dia sete de abril será comemorado o Dia Mundial da Saúde e
19 esclareceu-se que estão sendo programadas diversas atividades em todo o estado.
20 Nesse sentido pretende-se produzir bonés a serem usados nos eventos, marcando
21 assim a presença do CRP-06. Os bonés conterão as frases: “Saúde não se vende,
22 Loucura não se prende” e “Por uma sociedade sem manicômios”; e o logo do CRP-
23 06. O modelo apresentado é em preto com as frases em laranja, fazendo referência
24 às cores do ato médico. Foi solicitado às subsedes que avaliem rapidamente se
25 utilizarão também o material e a quantidade desejada, pois dependendo da
26 quantidade e do custo envolvido, pode ser necessário fazer licitação. A conselheira
27 Regiane Aparecida Piva sugeriu utilizar os bonés nas oficinas do Prêmio Arthur
28 Bispo do Rosário. A conselheira Marília Caponni, que está na organização da sétima
29 edição deste prêmio cientificou os presentes que serão confeccionadas duzentas
30 camisetas para oficineiros, jurados e ganhadores de prêmio e menção honrosa.
31 **Encaminhamento:** O Departamento de Comunicação deverá remeter, por e-mail, a
32 arte do boné em diferentes combinações de cores para apreciação e deliberação do
33 plenário, até o dia 28 de fevereiro. As subsedes devem informar a quantidade
34 desejada para a confecção dos bonés. **II) PLANO DE CARGOS, CARREIRA E**
35 **SALÁRIOS – PCCS – 2.1) Presença de funcionária na plenária** - A conselheira
36 presidenta Elisa Zaneratto Rosa relembrou a discussão referente à presença de



37 funcionário do departamento de secretaria durante a Plenária que visa discutir pauta
38 de interesse dos que compõem o quadro de pessoal deste CRP, o Plano de Cargos,
39 Carreira e Salários - PCCS. Considerando a necessidade de elaborar a ata,
40 documento público que registra a discussão deste plenário, não há impedimento
41 quanto à presença da funcionária para os presentes. A conselheira Sandra Elena
42 Sposito perguntou se as discussões feitas nas assembleias dos funcionários e
43 SINSEXPRO serão publicações às/aos conselheiras(os), para garantir a igualdade
44 no acesso a informações por ambas as partes. Apontou que as assembleias foram
45 transmitidas via CRP WebTV e solicitou-se que o plenário não tivesse acesso às
46 discussões. A conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa ponderou que é uma
47 questão desigual, mas as instâncias de decisão são diferentes, ou seja, é este
48 plenário que decide pela adoção ou não do novo PCCS. Mas, se for entendido que
49 algum conteúdo dessa plenária seja sigiloso, que isso seja solicitado antes da fala.
50 Sugeriu-se que a plenária inicie com a presença da funcionária e depois de
51 finalizada dá-se a continuidade nas questões que forem consideradas sigilosas.
52 **Encaminhamento:** O Plenário concordou com a proposta de condução das
53 discussões. **2.2) Pedido de dilação de prazo** - O conselheiro secretário Luís
54 Fernando de Oliveira Saraiva, lembrou que após a realização da última plenária
55 ordinária, ocorrida em 24/01/14, que deliberou sobre a nova estrutura organizacional
56 do CRP (duas coordenadorias: administrativo-financeira e técnico-política) houve
57 uma reunião do GT PCCS para apropriação da discussão e do posicionamento
58 deste plenário. Em 06 de fevereiro de 2014, o GT PCCS repassou as informações e
59 documentos atinentes aos trabalhadores e, considerando que a próxima plenária
60 ordinária estava agendada para dia 21/02/2014, o prazo para os funcionários
61 enviarem suas contribuições ficou bastante curto. O GT PCCS se preocupou em
62 primeiro se apropriar dos assuntos – foram dez meses de trabalho, para somente
63 após, iniciar a construção participativa com os funcionários. Após a realização da
64 Assembleia com os funcionários, realizada em 06 de fevereiro de 2014, convocada
65 pelo GT PCCS, a diretoria recebeu pedido com 71 (setenta e uma) assinaturas de
66 funcionários da Sede e das Subsedes para dilação de prazo e que esta plenária não
67 fizesse a deliberação final sobre o PCCS sob a justificativa de que o prazo para
68 envio de contribuições pelos trabalhadores era exíguo - 10 (dez) dias. A partir disso,
69 a diretoria acolheu o pleito feito de que não se deliberasse a versão final do PCCS
70 nessa plenária, informando os trabalhadores disso. Solicitou formalização do pleito,
71 uma vez que foi apresentada pela diretoria a intenção de se finalizar a revisão do
72 PCCS durante a vigência do atual Acordo Coletivo de Trabalho, em vigor até 30 de
73 abril de 2014. Nesse momento, a presidenta Elisa Zaneratto Rosa, apontou a
74 preocupação da diretoria de que o produto final seja reconhecido como fator que



75 também melhorará as condições de trabalho na autarquia. Por essa razão, consulta
76 o plenário se a decisão da diretoria foi prudente e se concordam que esta sessão
77 ordinária seja somente de discussão e não de deliberação. O Plenário não se opôs à
78 posição tomada pela diretoria e reconhece que o processo de construção coletivo
79 está sendo bastante difícil, o que prejudica a decisão do plenário. Se declinar dessa
80 proposta de mudança será necessário justificar o expressivo investimento que o
81 CRP fez contratando a empresa de consultoria, Véli Soluções em RH. Se revir o
82 prazo, pode dar a entender que deve ser mantida a estrutura atual. A conselheira
83 Gabriela Gramkow informou que na gestão anterior não existia um impasse quanto à
84 necessidade de fazer a revisão do PCCS, mas sim, uma preocupação em pactuar
85 uma data quando se assume uma tarefa que outros coletivos interviriam também.
86 Além disso, reconhecia-se que para realizar esse debate seria um processo lento,
87 complexo, que interfere em questões históricas e exige um grande investimento,
88 principalmente, econômico. Tais conflitos precisam ser apresentados na próxima
89 Mesa de Negociação do Acordo Coletivo com o Sinsexpro. **2.3) Representatividade**
90 **do GT PCCS** - A diretoria recebeu abaixo-assinado dos supervisores e contribuições
91 das Subsedes (16 funcionários das Subsedes Vale do Paraíba e Litoral Norte, São
92 José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas, Bauru e Grande ABC). Entendeu que
93 não poderia se negar a receber essas considerações, mas sabe do cuidado que
94 deve tomar ao acolher a defesa do coletivo e outra, distinta, por um grupo de
95 funcionários. Tal atitude faz o plenário indagar sobre a representatividade do GT
96 PCCS perante o coletivo de trabalhadores. Para resolver essa situação, foi proposto
97 recompor o GT PCCS, mas isso iria prejudicar os trabalhos já construídos pelo
98 grupo, outra sugestão foi a de solicitar aos trabalhadores que enviem suas
99 contribuições por meio do GT PCCS, porém a mesa diretora acredita que essa
100 estratégia provocará um atrito com o coletivo. Luís Fernando de Oliveira Saraiva
101 suscitou que o GT PCCS é uma instância legítima e foi eleita para sistematizar todas
102 as contribuições do quadro de pessoal. Esse grupo, composto por representantes de
103 coletivos distintos, ciente do ocorrido, debateu a respeito disso e entendeu que os
104 trabalhadores não reconhecem o GT como seu representante. Contestar quem são
105 os representantes cabe ao respectivo coletivo que é representado, isto é: ao XIV
106 Plenário para o conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva e a conselheira Ana
107 Paula Porto Noronha; aos funcionários para Maria Giuliana de Souza Lima e Patrícia
108 Esther Cercal; e ao Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do
109 Exercício Profissional e Entidades Coligadas do Estado de São Paulo - SINSEXPRO
110 para seus representantes. O plenário manifesta preocupação com essa situação e
111 com o pedido de dilação de prazo, considerando o prazo para o cumprimento dessa
112 tarefa firmado no atual Acordo Coletivo. **Encaminhamento:** A continuidade da



113 discussão sobre o reconhecimento do GT como instância de pactuação ocorrerá ao
114 término dessa plenária, entendendo-se que essa questão requer discussão do grupo
115 como coletivo político responsável pela gestão. **2.4) Plano de Cargos e Salários do**
116 **PCCS** – Os desafios para o plenário com relação aos cargos dizem respeito a:
117 revisar a descrição dos cargos existentes atualmente; definir se será mantida a
118 estrutura generalista ou se deverá ser incluída a especificidade de cada cargo; rever
119 a nomenclatura dos cargos, bem como a reestruturação de suas atividades,
120 responsabilidades e requisitos para ingresso através de concurso público; conciliar
121 uma melhor descrição de cargos com suas especificidades, possibilitando, ainda
122 assim, uma mobilidade entre os departamentos e além disso, propiciar uma
123 progressão de carreira. Hoje a estrutura do CRP tem um número elevado de cargos
124 e isso engessa as possibilidades de locomoção interna. Para resolver essa questão,
125 a consultoria fez uma proposta de ter apenas 4 (quatro) cargos, a saber: **a)**
126 Profissional de Suporte Operacional – PSO que realizará funções de suporte
127 operacional (manutenção, telefonista, mensageiro, limpeza, transporte de carga,
128 copa, portaria, pequenas compras). A gestão passada tinha o entendimento que se
129 a pessoa tivesse o ensino fundamental I (até a quarta série) seria suficiente, mas a
130 consultoria indicou que esses cargos deveriam atender a escolaridade mínima de
131 ensino médio. Sabe-se que o ensino exigível deve corresponder ao nível das
132 atividades. Lembrou-se que a equipe de limpeza e uma parte da portaria é
133 terceirizada. Para que os cargos operacionais (limpeza e portaria) também tenham
134 acesso aos benefícios sociais e de estímulo ao estudo o CRP deveria incorporá-los
135 ao quadro de pessoal. Nesse momento, afirmou-se que incorporar a equipe de
136 limpeza e vigia terá um grande impacto na folha de pagamento de funcionários. É
137 importante restringir os gastos, tendo em vista a lei de responsabilidade fiscal.
138 Janaína Leslão Garcia defende que o vigia seja terceirizado, considerando a
139 realidade das Subsedes, que só possui um profissional para essa tarefa e se esse
140 profissional fica ausente por motivo de saúde, férias, etc., que faz com que o serviço
141 fique prejudicado. Se for terceirizado, é garantido que o profissional será repostado
142 pela empresa contratada. A mesa diretoria lembrou que a assessoria jurídica é
143 contratada por licitação. Há muitos problemas com o departamento jurídico por não
144 atender as necessidades da gestão. É importante melhorar os critérios nos editais de
145 licitação de contratação. Foi proposto contratar um assessor jurídico para ações
146 estratégicas e pontuais. Já a mesa diretora defende a manutenção da presença de
147 um assessor jurídico, assim como um assessor de comunicação, ambos contratados
148 por cargo de livre provimento, com alinhamento político, para auxiliar o plenário na
149 elaboração de pareceres com argumentos jurídicos para temas urgentes que surgem
150 e exigem uma resposta breve do CRP perante a sociedade e, dessa forma, ter uma



151 flexibilidade para atender aos interesses políticos de cada gestão. **b) Profissional de**
152 Suporte Técnico – PST para profissionais do nível médio os quais englobariam: os
153 assistentes administrativos, atendentes (se identificou que não há considerável
154 diferença entre as tarefas de ambos) e, com habilitação específica na área, os
155 técnicos de: contabilidade, web-designer e tecnologia da informação. **c) Profissional**
156 Analista Superior – PAS para profissionais do nível superior: administrador,
157 advogado, analista de tecnologia da informação, bibliotecário, sociólogo, contador,
158 comunicador social. Esse cargo engloba as supervisões, coordenação de
159 informática, CREPOP e Assistente Técnico de RH. **d) Profissional de Orientação,**
160 Fiscalização e Ética – POFE será o funcionário que cuidará das atividades fins do
161 CRP, ou seja, o assistente técnico das Comissões de Ética e de Orientação e
162 Fiscalização. A proposta da consultoria é que, além de descrição específica, o maior
163 salário seja para esse cargo, porém, o plenário anterior já tinha indicação de seja a
164 remuneração do profissional de orientação, fiscalização e ética seja equivalente aos
165 profissionais de ensino superior. Explicou-se que o GT PCCS teve o cuidado com o
166 enquadramento das ocupações na estrutura organizacional. Todos os cargos terão a
167 definição da sua ocupação, por exemplo, PST – Técnico de Informática, PAS –
168 Supervisão de Secretaria, etc. Isso contemplaria as questões voltadas aos
169 funcionários que não se reconhecem no seu cargo. Com o enquadramento salarial
170 cego, pode haver um pequeno acréscimo salarial para o(a)s funcionário(a)s. Foi
171 apresentada a faixa salarial **inicial** de cada cargo: a) Profissional de Suporte
172 Operacional – PSO é de R\$ 987,00 (novecentos e oitenta e sete reais); b)
173 Profissional de Suporte Técnico – PST é de R\$ 1.954,19 (um mil, novecentos e
174 cinquenta e quatro reais e dezenove centavos); Profissional Analista Superior – PAS
175 é de R\$ 4.062,63 (quatro mil, sessenta e dois reais e sessenta e três centavos); d)
176 Profissional de Orientação, Fiscalização e Ética – POFE é de R\$ 4.265,76 (quatro
177 mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Frisou-se que a
178 consultoria fez pesquisa de mercado e constatou que os valores salariais praticados
179 pelo CRP estão bastante superiores com relação à média do mercado. Nesse
180 modelo proposto há uma diferenciação salarial entre os profissionais de ensino
181 superior por indicação da consultoria que justifica que esse modo dará mais
182 visibilidade às atividades fins da autarquia tanto na descrição dos cargos quanto nos
183 salários. O Plenário anterior entendia que a diferença salarial impactará
184 negativamente nas relações entre diferentes profissionais, podendo criar e/ou
185 intensificar hierarquias entre os diferentes cargos. As ponderações quanto ao cargo
186 de ouvidor e a estrutura da transparência foram apresentadas ao GT PCCS, mas
187 não houve debate. **Encaminhamento:** A sugestão do plenário é que o Plano de
188 Cargos e Salários tenha quatro cargos (PAS, PST, PSO e POFE), o que possibilitará



189 a identificação das pessoas com suas ocupações, bem como a mobilidade entre os
190 departamentos. No entendimento do plenário não deve haver distinção salarial para
191 profissionais com o mesmo nível de formação, como é o caso de PAS e POFE. **2.5)**
192 **Cargo de livre provimento** – Para avaliar quais cargos devem ser de livre
193 provimento na autarquia, a presidenta Elisa Zaneratto Rosa, pede que seja
194 considerado também sob o aspecto da continuidade da estrutura do CRP pensando
195 qual cargo pertence à gestão e qual pertence à máquina. Manifesta preocupação em
196 tornar um cargo que sempre foi de concurso em livre provimento, porém é
197 importante verificar a descrição das atividades de cada função e como ocorre em
198 outros espaços para que o CRP não fique engessado, tampouco cometa equívoco
199 na revisão da sua estrutura organizacional. Sabe-se que a administração pública
200 está mudando. Nesse momento, Moacyr Miniussi Bertolino Neto explicou que na
201 área da saúde os cargos de livre provimento não recebem gratificação, tampouco
202 aumento de salário, mas são vagas ocupadas por indicação. A pessoa escolhida
203 interna ou externamente, para a função de chefia (supervisão, coordenação) é
204 alinhada politicamente com os princípios/diretrizes da gestão. De acordo com a
205 proposta para o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários, os cargos de supervisão
206 serão de livre provimento. Se for aprovado o PCCS nesse formato, todos os
207 trabalhadores (inclusive os atuais supervisores) deverão assinar um termo de
208 adesão, caso não assinem, continuarão na função de supervisão, recebendo o
209 mesmo salário e benefícios porque o cargo lhe é de direito e a função só será extinta
210 quando o funcionário desligar-se do CRP por motivo de aposentadoria, por exemplo.
211 Por outro lado, a mesa diretora manifesta preocupação com as pessoas que já
212 ocupam esses cargos de supervisão hoje. Tem a questão da representatividade
213 dessa pessoa que entrou para desempenhar a função e poderá ocorrer de outra
214 pessoa substituí-la. É um ponto delicado para discutir. Houve sugestão de ter uma
215 dupla de funcionários na supervisão: por exemplo, Supervisão I e Supervisão II,
216 ambos incumbidos de tarefas com maior complexidade, que compete ao cargo,
217 porém serão distintas. Ressaltou-se que caso o funcionário perca a função, ainda
218 assim, o salário e seus benefícios se mantêm igual. Podem demorar anos para
219 extinguir todos os cargos, o que seria um risco. Um fator positivo nessa nova
220 proposta é a possibilidade da progressão salarial dos funcionários.
221 **Encaminhamento:** O entendimento do plenário é que o cargo de livre provimento
222 deve considerar: formação, tempo de casa, qualificação para desenvolver o trabalho.
223 Será estipulada uma porcentagem para os cargos de livre provimento. Fica
224 registrada a sugestão de mudar o nome dos cargos para distinguir o antigo do novo.
225 **2.6) Progressão na carreira** – Não houve discussão sobre incorporar o tempo de
226 empresa caso o profissional preste concurso para um cargo de outro nível. A



Conselho Regional de Psicologia SP

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia
do Estado de São Paulo
6ª Região

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410 020, São Paulo, SP
tel (11) 3061 9494
website www.crpsp.org.br

227 conselheira Maria das Graças Mazzarin de Araújo ponderou que mérito não deve ser
228 confundido com longevidade da empresa e assistencialismo é diferente de políticas
229 salariais. **Encaminhamento:** O plenário indicou que a progressão dos psicólogos AT
230 de RH e AT da COE/COF sejam idênticas. Nada mais havendo a tratar a senhora
231 conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro
232 secretário Luís Fernando de Oliveira Saraiva, lavrei a presente Ata, que lida e
233 aprovada será assinada pelos demais presentes. São Paulo, vinte e um de fevereiro
234 de dois mil e catorze.

Adriana Eiko Matsumoto

Camila de Freitas Teodoro

Ana Paula Porto Noronha

Dário Henrique Teófilo Schezzi

Elisa Zaneratto Rosa

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Gabriela Gramkow

Jonathas José Salathiel da Silva

Graça Maria de Carvalho Camara

Livia Gonsalves Toledo

Ilana Mountian

Maria das Graças Mazzarin de Araújo

Janaína Leslão Garcia

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Regiane Aparecida Piva

José Agnado Gomes

Sandra Elena Sposito



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
**Conselho Regional de Psicologia
do Estado de São Paulo
6ª Região**

Rua Arruda Alvim, 89 , Jardim América
cep 05410 020, São Paulo, SP
tel (11) 3061 9494
website www.crpsp.org.br

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Sergio Augusto Garcia Júnior

Marília Caponni

Silvio Yasui

Moacyr Miniussi Bertolino Neto